



56ª Reunião, Extraordinária – CAE -
Audiência Pública Interativa

Debater os impactos da Reforma Tributária no "Imposto Seletivo".

Carlos Lima

Presidente da Diretoria Executiva

ibrac@ibrac.net | www.ibrac.net

Como associação de classe que representa uma categoria do setor de bebidas alcoólicas, o IBRAC apoia e promove o **combate ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas**.

**BEBA COM
RESPONSABILIDADE
SE BEBER, NÃO DIRIJA**



**600 MIL
EMPREGOS.**

**PATRIMÔNIO
NACIONAL.**

**500 ANOS
DE HISTÓRIA.**

CACHAÇA

**RISCO DE
EXTINÇÃO.**



**LEIA O MANIFESTO
DA CACHAÇA E APOIE
A VOLTA AO TEXTO
ORIGINAL DA REFORMA
TRIBUTÁRIA.**

O novo texto da reforma tributária é uma ameaça para a Cachaça, patrimônio nacional, símbolo de desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

**NÃO PODEMOS
DEIXAR PASSAR.**

JUNTE-SE A NÓS NESSA LUTA POR
IGUALDADE DE IMPOSTOS PARA
AS BEBIDAS ALCOÓLICAS.



IBRAC
Instituto Brasileiro da Cachaça

BEBA COM MODERAÇÃO. PROIBIDO PARA MENORES DE 18 ANOS.

INSTITUTO BRASILEIRO DA CACHAÇA



FUNDADO EM
Março de
2006



REPRESENTA
Mais de
80%
do volume **legalmente**
produzido no Brasil



PRESENTE EM
17
estados

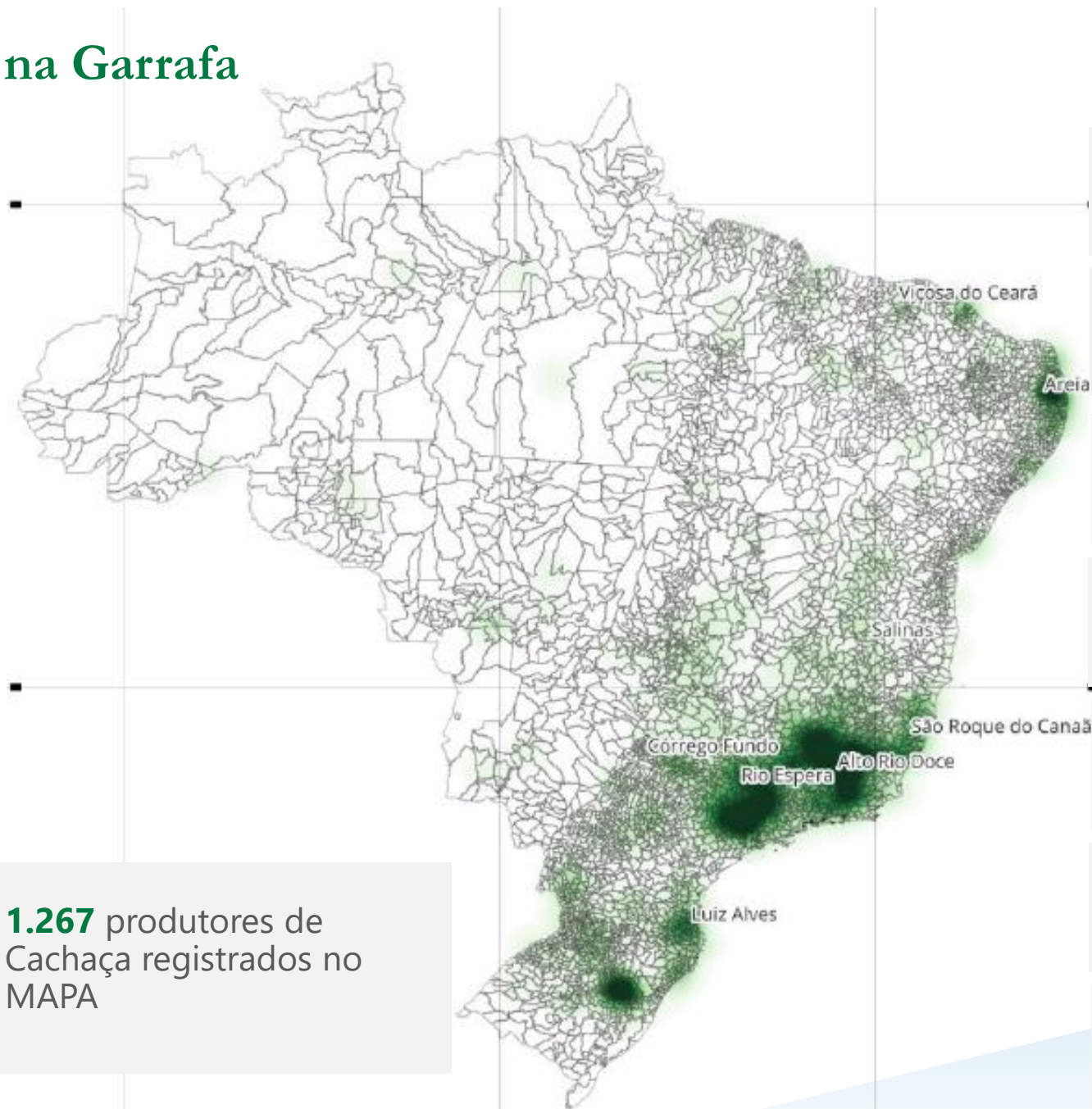


13
ASSOCIAÇÕES
(ESTADUAIS/REGIONAIS/NACIONAIS)



107
ASSOCIADOS
DIRETOS

O Brasil na Garrafa



1.267 produtores de Cachaça registrados no MAPA

600.000 empregos diretos e indiretos

+ de 500 anos de história

1ª. Indicação Geográfica do Brasil

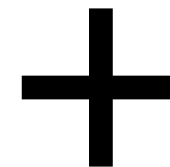
Exportada para **mais de 60 países.**

+100 empresas exportadoras

Protegida em 4 países (Estados Unidos, México, Colômbia e Chile)

Apenas 2 estados não possuem produtores registrados, Amapá e Roraima.

Proposta do Executivo: Modelo Híbrido (Ad Valorem + Específico)



Ad Valorem: % aplicado sobre o valor do bem

Específico: A alíquota específica significa que as bebidas alcoólicas serão tributadas **de forma proporcional ao volume de álcool puro** dentro de cada garrafa.

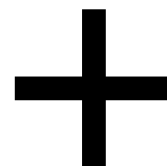
“Art. 419. Observado o disposto nos arts. 417 e 418, as alíquotas do Imposto Seletivo aplicáveis nas operações com os bens e os serviços referidos no Anexo XVII são aquelas previstas em lei ordinária.

§ 1º Aplicam-se **alíquotas ad valorem cumuladas com alíquotas específicas** para:

(...)

II - bebidas alcoólicas, em que as alíquotas específicas devem considerar **o produto do teor alcoólico pelo volume dos produtos.**”

Mudança feita na Câmara dos Deputados



Ad Valorem: % aplicado sobre o valor do bem

- As alíquotas *ad valorem* poderão ser diferenciadas por categoria de produto;
- As alíquotas *ad valorem* poderão ser progressivas em virtude do teor alcoólico.

Específico: A alíquota específica significa que as bebidas alcoólicas serão tributadas **de forma proporcional ao volume de álcool puro** dentro de cada garrafa.

- A proposta da Câmara ao prever que essa alíquota possa ser diferenciada por categoria e, ainda, progressiva em função do teor alcoólico, **distorce o princípio de aplicação de alíquotas *ad valorem***;
- Alíquotas ***ad valorem* não deveriam considerar outros atributos que não o valor dos bens**;
- A percepção que temos é que a proposta aprovada pela Câmara tenta forçar uma diferenciação entre as bebidas dentro da tributação *ad valorem*, que pode **acabar por beneficiar bebidas com baixo teor alcoólico**.

O que dizem os estudos



RECOMENDAÇÃO Nº 004, DE 14 DE MARÇO DE 2024.

Recomenda a tributação do tabaco, álcool, produtos ultraprocessados e agrotóxicos no rol do imposto seletivo na Reforma Tributária, entre outras medidas correlatas.

Recomenda

Aos Ministérios da Saúde; da Fazenda; do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar;

Às Presidências do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional;

À Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária:

VI - Garantir que o imposto seletivo não varie conforme o teor alcoólico das bebidas alcoólicas, tendo em vista que esta medida reduziria significativamente o impacto sobre a cerveja, responsável por 90% do consumo de álcool no País;



Conselho Nacional de Saúde. Recomendação nº 004, de 14 de março de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/recomendacoes/2024/recomendacao-no-004-de-14-de-marco-2024>.



**OBSERVATÓRIO
BRASILEIRO
DO SISTEMA
TRIBUTÁRIO**



Imposto Seletivo: o que dizem as evidências científicas?

Quanto ao álcool, no estudo “The effect of changes in alcohol tax differentials on alcohol consumption” (GEHRSTZ, M.; SAFFER, H.; GROSSMAN, M., 2021), o imposto seletivamente vinculado ao teor alcoólico em cada produto, tributando mais bebidas destiladas e vinhos em relação a cervejas, tornou mais intenso o fenômeno de substituição. Os indivíduos mantiveram o consumo alcoólico, apenas substituindo o tipo de bebida consumida.



Observatório Brasileiro do Sistema Tributário. Relatório Técnico, projeto de pesquisa da Universidade Federal de Goiás - UFG, em parceria com o SINDIFISCO Nacional. Disponível em: <https://observabr.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Imposto-seletivo.pdf>.

O que dizem os estudos



Paschall, J. M. A contribuição dos tipos de bebidas alcoólicas para o consumo, uso abusivo de álcool e danos relacionados ao álcool: uma comparação entre cinco países. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10826084.2021.1963984>.

USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS
<https://doi.org/10.1080/10826084.2021.1963984>



ARTIGO ORIGINAL



A contribuição dos tipos de bebidas alcoólicas para o consumo, uso abusivo de álcool e danos relacionados ao álcool: uma comparação entre cinco países

Mallie J. Paschall ^a , Joel W. Grube ^a , Christopher L. Ringwalt ^b , Deborah A. Fisher ^c  e Ted Miller ^c 

^a HBSA, Pacific Institute for Research and Evaluation, Berkeley, Califórnia, EUA; ^b HBSA, Pacific Institute for Research and Evaluation, Chapel Hill, Carolina do Norte, EUA; ^c HBSA, Pacific Institute for Research and Evaluation, Calverton, Maryland, EUA

Apesar dessas limitações, nossas descobertas fornecem evidências adicionais de que o consumo de cerveja representa a maior parte do consumo de álcool nas cidades da GSDG na Bélgica, no Brasil, na África do Sul e nos EUA, e está associado a um risco elevado de uso abusivo de álcool e danos relacionados ao álcool em essas cidades. Portanto, uma maior implementação de intervenções baseadas em evidências para reduzir o consumo de cerveja pode ter o maior impacto sobre o consumo nocivo e problemas relacionados.

provavelmente um dos principais contribuintes para o uso abusivo de álcool e para os problemas de consumo a nível da população. As políticas destinadas a reduzir o consumo abusivo devem visar a cerveja em países onde o seu consumo é elevado. Limitar o horário de atendimento, por exemplo, pode

Declaração de interesse

Drs. Paschall, Grube, Ringwalt, Miller e Fisher receberam financiamento da Fundação AB InBev para conduzir uma avaliação independente da iniciativa Global Smart Drinking Goals. Dr. Grube recebeu financiamento do Fórum de Varejo Responsável para desenvolver e avaliar intervenções para reduzir as vendas de álcool a jovens menores de idade e o excesso de serviço de álcool a clientes intoxicados.

O que dizem os estudos



Instituto Nacional de Câncer (INCA).

Posicionamento acerca das bebidas alcoólicas.

Disponível em:

https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/posicionamento_do_inca_acerca_das_bebidas_alcoolicas.pdf.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

www.inca.gov.br



Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer acerca das Bebidas Alcoólicas

- (4) A Lei Federal n.º 9.294 (BRASIL, 1996), que regulamenta a publicidade de cigarros e bebidas alcoólicas, não inclui a cerveja e a maioria dos vinhos nesta última categoria, pois seu teor de álcool é inferior a 13%. Dessa forma, a publicidade de cervejas e da maioria dos vinhos pode ser veiculada a qualquer hora do dia. Além disso, as restrições são apenas para anúncios veiculados pela mídia padrão (rádio e TV) e não tratam de outras formas de publicidade, como cartazes, promoções de preços, patrocínios ou via mídia social e internet. Também não há restrições em associar o produto a esporte e imagens ou ideias de maior sucesso ou sexualidade. Apesar dessas lacunas, nenhum estado conseguiu complementar a lei federal sobre a política de comercialização de bebidas alcoólicas;
- (5) No domínio das políticas de preços, o Brasil possui leis tributárias para bebidas alcoólicas, mas são insuficientes para reduzir a acessibilidade. No atual cenário tributário brasileiro, os produtores de bebidas se beneficiam da concomitante fabricação de refrigerantes e cervejas, pois estão sujeitos às isenções fiscais oferecidas a todos os produtores de refrigerantes. Há evidências de que, por causa dessa isenção, o governo federal perdeu US\$ 2,8 bilhões em impostos provenientes do comércio de bebidas alcoólicas entre 2015 e 2018. Outro ponto crítico nas políticas de preços é que a cerveja, em 2015, entrou na legislação tributária brasileira na categoria “bebidas frias”, a mesma de outras bebidas não alcoólicas, como isotônicos e refrigerantes. O Brasil também carece de reformas políticas, como a proibição de revendas abaixo do custo e descontos por volume. Além disso, não há “licenças para vender bebidas alcoólicas”, como na maioria dos países desenvolvidos. Isso leva a redes amplas e indiscriminadas de vendas de produtos (de OLIVEIRA et al., 2021).

O nosso pleito



Apoio às emendas 1170 e 1171, de autoria do Senador Castellar Neto:

- Emenda 1170: Suprime o § 4º do artigo 419 e prevê que a alíquota específica e a alíquota *ad valorem* serão únicas, independentemente do tipo de bebida.
- Emenda 1171: Prevê que as alíquotas *ad valorem* do Imposto Seletivo incidente sobre operações com bebidas alcoólicas produzidas por micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional sejam diferenciadas com relação às demais alíquotas.

Conclusão

Se a cerveja representa mais de 90% do consumo de bebidas alcoólicas no Brasil e o imposto seletivo tem como objetivo reduzir o consumo nocivo de álcool, por que a atual proposta está incentivando o consumo dessa bebida?



56ª Reunião, Extraordinária – CAE -
Audiência Pública Interativa

Debater os impactos da Reforma Tributária no "Imposto Seletivo".

Carlos Lima

Presidente da Diretoria Executiva

ibrac@ibrac.net | www.ibrac.net